

## PEDAGOGIA EM UM CONTEXTO NÃO ESCOLAR: FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DE PEDAGOGAS COMO ORIENTADORAS SOCIAIS NO CRAS

ELIZA TOMAZIA FREITAS SOUZA

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Paranaíba, Mato Grosso do Sul,  
Brasil

FERNANDO GUIMARÃES OLIVEIRA DA SILVA

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Paranaíba, Mato Grosso do Sul,  
Brasil

VINÍCIUS RODRIGUES CÁCERES

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Paranaíba, Mato Grosso do Sul,  
Brasil

---

**RESUMO:** Este estudo é uma pesquisa exploratória, descritiva e empírica sobre os processos formativos e as atribuições de pedagogas como orientadoras sociais em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mineiro. A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa de base decolonial; os dados foram coletados por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de uma entrevista semiestruturada com a coordenação de um CRAS de um município mineiro para entender as atribuições das pedagogas. Dentre os resultados encontrados, constata-se a relevância da Pedagogia em contextos de educação não escolar (ENE) com processos formativos diferenciados e focados em demandas de públicos específicos do CRAS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia; Formação; Educação Não Escolar; CRAS.

---

### INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu na disciplina Tópicos II – Educação não escolar (ENE), junto ao Programa de pós-graduação em educação de uma universidade pública sul-mato-grossense. Inicialmente, elaborou-se uma pesquisa empírica que visava levantar as práticas de pedagogos(as) em áreas de ENE. Tal levantamento empírico, com orientações éticas<sup>1</sup> dadas pelo professor da disciplina, voltou-se para a atuação de pedagogos(as) em diferentes frentes de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo escolhida a atuação em serviços de proteção social básica (PSB) por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O objetivo da atividade da disciplina era o de olhar para as práticas de atuação de pedagogos(as) nos CRAS dos municípios onde nós, estudantes do curso, morávamos.

A atividade foi feita em dupla no primeiro semestre de 2023, sendo que um estudante era residente de um município sul-mato-grossense e a outra residia em um município mineiro. Foram encontradas 4 pedagogas no CRAS mineiro e nenhuma no município sul-mato-grossense. Com base nisso, focou-se no levantamento das ações destas pedagogas a fim de lançar um olhar sobre uma experiência particular que

poderia associar a outras e, com isso, conseguir agregar conhecimento para o campo de formação inicial e de atuação de pedagogos(as).

Inscrita a justificativa do ponto de partida deste estudo, considera-se relevante destacar que houve diálogo com o projeto de pesquisa *A Pedagogia em instituições de educação não escolar em duas microrregiões – Paranaíba e Três Lagoas, do leste sul-mato-grossense: processos formativos, práticas e saberes*<sup>2</sup> (vigência maio/2023 a ago./2026). Mesmo que neste estudo se pretenda atentar-se para a realidade de uma região diferente da do projeto citado (a de um município mineiro), ainda assim se lançam olhares para as particularidades das práticas desenvolvidas pelas pedagogas.

A educação faz parte da vida como um todo: ela está presente nas relações interpessoais, proporciona interação e promove a troca de saberes na família, na escola, em ambientes religiosos, em rodas de amizade. Conforme é citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, art. 1º).

A proposta deste estudo engaja-se em discussões que propõem a desconstrução de um suposto alinhamento histórico entre Pedagogia e Educação Escolar, atentando-se para uma realidade particular da atuação de pedagogas em um CRAS. Metodologicamente, utilizou-se a abordagem decolonial com pesquisa bibliográfica, empírica e documental, em sites da área de pesquisa. Estruturou-se o texto no seguinte formato: 1) revisão de literatura; 2) metodologia e os 3) resultados da pesquisa.

### **Revisão de Literatura**

É comum associar educação à escolarização, especialmente para quem opta por cursar Pedagogia acreditando que será, necessariamente, professor(a). No entanto, a educação escolar segue currículos, diretrizes e normas pré-definidas, o que difere da amplitude do conceito de educação em si. Brandão (2007, p. 13) explica que o conceito é amplo, extrapolando os muros escolares: “A educação existe onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado” (Brandão, 2007, p. 13).

Nesse sentido, a educação em seu aspecto mais amplo preexiste à instituição e formalização do ambiente escolar, tendo em vista que, ao longo de toda a história humana, já era possível observar o envolvimento das pessoas com os processos educativos, aprendendo a fazer, ser e conviver, como bem assinalou Brandão (2007). No entanto, apesar de os indivíduos estarem envolvidos, de diversos modos, com diferentes processos educativos durante suas vidas, a associação da educação somente com a que ocorre em ambiente escolar (formal) ainda é comum. Desse modo, para melhor compreensão da temática, cumpre conceituar e diferenciar as manifestações dos

processos educativos em suas diferentes formas, que são classificadas em: educação informal, formal e não formal.

Libâneo (1999, p. 30-31) já apontava que a profissão do pedagogo(a) se preocupa com a formação humana na escola e em outros locais: "O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo". Na concepção deste autor, a Pedagogia é uma das ciências que estuda o campo educativo (escolar e não escolar).

Há consenso entre pesquisadores da ENE de que a obra de P. H. Coombs, publicada em 1968, é um marco teórico inicial da área, como reconhecem Trilla (2008) e Gohn (2010). Trilla (2008) destaca fatores que impulsionam a ENE, como o caráter histórico da escola, sua participação no processo educacional global, a influência mútua entre ações escolares e não escolares, a limitação da escola em atender todas as demandas educacionais e a necessidade de espaços educativos complementares, e não concorrentes, à escola.

Trilla (2008) ressaltou também a complementaridade entre educação escolar e não escolar, apontando fatores como mudanças sociais, tecnológicas e a busca por justiça social como indicativos de que a escola não é mais suficiente como única forma de educação. Silva (2009), ao analisar a crise da educação escolar nos anos 1980, identificou quatro eventos que reforçam a importância de processos educativos não formais: a insuficiência das políticas educacionais, a crise da autoridade, a emergência de novos sujeitos de direitos e a falta de modelos educacionais consolidados.

Silva (2009) ainda relaciona os fatores de Trilla (2008) a movimentos sociais brasileiros do socialismo na educação (1910) à Escola Nova (1930), passando por movimentos dos anos 1960, pela guerrilha urbana (1970) e pelas lutas antimanicomial e Diretas Já (1980). Esses processos impulsionaram a revisão da legislação autoritária, a redefinição do papel do Estado e a consolidação de marcos de direitos humanos, dando visibilidade a grupos historicamente apagados, como negros, indígenas, mulheres, LGBTI+, pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes. Diante disso, torna-se necessário destacar as diferenciações entre os tipos de educação discutidos na literatura.

Gohn (2010, p. 16) faz algumas diferenciações sobre os tipos de educação:

Em princípio podemos caracterizar a educação formal como aquela desenvolvidas nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.).

Circunscrever as pesquisas de Gohn (2010) sobre as diferenças entre os três tipos de educação apontados se faz pertinente, porque esta pesquisadora foi precursora de um debate no interior do nosso país que conseguiu movimentar inclusive as diretrizes para a criação dos cursos de Pedagogia entre o fim da década de 1990 e o

início dos anos 2000. Foi um movimento amparado em discursos da Conferência Mundial da Educação para Todos, em Jontiem, na década de 1990, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Marques e Freitas (2017), em revisão de literatura, identificam 21 fatores que definem tipologias educativas, organizados em quatro dimensões –processo, conteúdo, estrutura e propósito–para diferenciar educação formal, informal e não formal. Na dimensão **processo**, consideram fatores ligados às relações de aprendizagem, avaliação e abordagens pedagógicas. A dimensão **conteúdo** discute a natureza do conhecimento, se é produzido ou transmitido, proposicional ou situado. A dimensão **estrutura** envolve localização da aprendizagem, contextos, tempos, currículos e certificação. Por fim, a dimensão **propósito** refere-se aos objetivos amplos das diferentes práticas educativas (Marques; Freitas, 2017). Destacam o esforço de identificar fatores que diferenciam educação formal, não formal e informal, concluindo que práticas escolarizadas e não escolarizadas incorporam elementos da educação informal. Esta, ocorrendo no cotidiano e nas relações interpessoais, exige que tanto a escola quanto outros espaços educativos se apoiem nela para conectar a prática à realidade social dos sujeitos (Gohn, 2010).

Importa ressaltar que a ENE se molda às necessidades contextuais dos sujeitos e de suas comunidades locais, proporcionando uma resposta a necessidades oriundas da socialização humana e do trabalho. A ENE tem uma elasticidade maior que a educação escolar, não como um substituto, mas complemento na formação dos sujeitos. Na concepção de Brandão (2007, p. 13), a ENE se relaciona com o paradigma da aprendizagem ao longo de toda a vida. O autor propõe a ideia de que a tradição de tempos e espaços para se educar deve ser superada por meio da “[...] adoção de um paradigma dinâmico de educação, tida como um processo que acompanha a vida das pessoas, preparando-as para o seu exercício social, e como instrumento de potencialização de qualidades que lhes permitam maior bem-estar global” (Brandão, 2007, p. 13).

Para Libâneo (2012, p. 133), “a educação deve promover cidadania e combater desigualdades”. Tanto a educação escolarizada quanto a não escolarizada possuem marcos legais e profissionais próprios, e sua integração possibilita uma formação mais ampla e alinhada às demandas sociais. Assim, é necessário fortalecer diálogos entre esses formatos educativos, especialmente diante da histórica associação entre Pedagogia e escolarização (Libâneo, 2012).

Ao olhar para a ENE nas instituições sociais, Gohn (2016, p. 62) expõe diferentes cenários: “Território, espaço, escala, região, lugar, localização, localidades, distâncias, cartografias, mapas, polaridades, polarização, cenários, paisagens, ambiente, comunidades locais etc.” Segundo a autora, a ENE ocorre onde os participantes aprendem ao se envolverem nas ações. Também está presente em espaços sociopolíticos, como ONGs e museus. Ou seja, “a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou em uma instituição; ela ocorre pelo diálogo tematizado” (Gohn, 2016, p. 62). Sob essa perspectiva, uma área que se pode caracterizar como um campo recente de atuação do(a) pedagogo(a) é o SUAS. Os diferentes níveis e complexidades de proteção social que compõem esta área permitem compreender que a atuação do(a) profissional da

Pedagogia ocorre de acordo com o público atendido. Nos CRAS, por exemplo, a ação principal envolve a prevenção, promoção e proteção dos direitos sociais, objetivando a não violação deles.

O SUAS atenta-se para a complexidade das desigualdades e precariedades que afetam as pessoas e seus grupos de referência, como famílias ou não. A proteção social oferecida nessa área veio para apoiar, proteger e promover a vida em seus diferentes aspectos, envolvendo fragilidades decorrentes da ausência de renda, problemas de sobrevivência, convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos.

Em 2004, o Governo Lula sancionou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tendo a Norma Operacional Básica do SUAS como orientação para os municípios começarem a implantar os seus equipamentos públicos de proteção às famílias por níveis de complexidade. Era comum a implantação dos CRAS durante esse período em todo o país, envolvendo critérios de porte da população e níveis de complexidades.

Para a PNAS (Brasil, 2004, p. 33), a PSB:

[...] visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Compreender o CRAS requer situá-lo no âmbito do SUAS, que se tornou lei em 2011 e definiu, no art. 6º-A, que seus serviços visam prevenir vulnerabilidades por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2011). Entre seus principais serviços estão o PAIF, o SCFV e a proteção social básica em domicílio para pessoas idosas e com deficiência. Todos contam com orientações técnicas que definem a composição da equipe de referência, incluindo profissionais da Pedagogia. Assim, o alcance dos objetivos legais depende de ações educativas desenvolvidas coletivamente, e não apenas pelo pedagogo, para apoiar a superação das vulnerabilidades sociais. Em 2013, Silva e Santos (2013) apresentaram os resultados de uma pesquisa sobre a atuação de cinco pedagogos na área do SUAS, sendo quatro atuantes em CRAS de um município sul-mato-grossense. Na fala de uma pedagoga, os autores identificaram as seguintes práticas desenvolvidas:

Realizar o nucleamento das famílias e a constituição de grupos, o planejamento junto com os orientadores de atividades lúdicas pelo trabalho desenvolvido com crianças e suas famílias; realizar o encaminhamento de usuários dos serviços para outros serviços e políticas públicas, bem como acesso a renda; supervisionar e acompanhar, sistematicamente o trabalho dos profissionais em função de orientador de atividades lúdicas; propor ajustes nos serviços de forma a alcançar os resultados (sujeito de pesquisa)(Silva; Santos, 2013, p. 184).

As ações identificadas apontaram para a necessidade de alteração dos currículos de formação de licenciados(as) em Pedagogia com a inclusão de disciplinas que abordem a atuação em espaços de ENE. À época de realização da pesquisa, em 2011, os autores identificaram que quatro profissionais de Pedagogia que atuavam nos equipamentos do SUAS não possuíam vínculos por meio de concurso público ou contrato para o cargo específico de pedagogo(a) do CRAS. Um era efetivo no cargo de professor 20hrs e cedido para a área de assistência social; os outros três eram contratados no cargo de coordenador de gestão de políticas públicas. Neste último caso, muitas outras profissões eram contratados e desenvolviam funções específicas como técnico de referência das famílias.

## METODOLOGIA

Gil (2008) considera que a metodologia de um material científico busca explicitar dois conjuntos relevantes: 1) a base que sustenta o material e 2) os procedimentos a serem realizados para coletar, analisar e interpretar os dados. Esta pesquisa orienta-se epistemologicamente pelas bases decoloniais. Maldonado-Torres (2020, p. 29), nesse sentido, explica que a teoria decolonial reflete criticamente a correlação entre o nosso senso comum e as pressuposições científicas “[...] referentes a tempo, espaço, conhecimento, subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização[...]”, ao mesmo tempo que fornece ferramentas conceituais para avançar na descolonização.

O enfoque desta abordagem torna-se o sujeito-pesquisador e o sujeito-vivência do processo de geração de conhecimento a partir de olhares empíricos para o contexto local. Tal abordagem orientou a aplicação de estratégias de coletas de dados bibliográficos e documentais, dando especial atenção para textos científicos que abordam a atuação de pedagogos(as) em CRAS. A atenção maior foi dada ao material que gerou conhecimento sobre os processos formativos e a atuação neste espaço. O critério de acesso aos sujeitos da pesquisa foi: levantar a quantidade de pedagogos(as) atuando nos CRAS dos municípios onde as autorias residiam. Nesse caso, foi possível encontrá-los(as) em um município mineiro.

Além disso, a Plataforma do CadSUASWeb (2023) oportunizou encontrar as profissionais de Pedagogia. Esta plataforma foi criada pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a sua caracterização é definida no sistema da seguinte forma: “O CadSUAS é o sistema de cadastro do SUAS, que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais” (CADSUASWEB, 2023, [s.p.]).

A abordagem ao CRAS foi feita via telefone, por meio do qual foi marcada uma reunião com a coordenadora para apresentar a pesquisa e assegurar a devida instrumentalidade ética. Informada sobre a pesquisa, a coordenadora decidiu contribuir com as informações, uma vez que as pedagogas estavam em atividades presenciais e não conseguiriam dar entrevistas. Assim, as informações foram coletadas junto à coordenação do CRAS após o preenchimento do Termo de Consentimento e Livre

Esclarecimento da Pesquisa (TCLE). Os resultados foram dispostos em dois grandes grupos, considerando as contribuições da coordenadora do CRAS, sendo eles: 1) processos formativos e 2) práticas e saberes apontados pela coordenação sobre as atribuições das pedagogas que atuam naquele CRAS.

## **RESULTADOS: FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA PARA A ATUAÇÃO NOS CRAS**

Para pensar na atuação de pedagogos(as) no CRAS, é interessante discutir sobre os processos formativos. Souza (2021) realizou uma pesquisa de doutorado em educação junto à Universidade de Brasília (UNB) a respeito disso; autora deu atenção a dez documentos que refletiam o projeto político pedagógico de cursos de Licenciatura em Pedagogia de Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal.

Souza (2021) olha para o lugar da ENE no texto das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia, publicadas em 2006. Ela foca nos artigos 4º, 5º, 6º e 8º, a respeito dos quais afirma: “[...] o ‘não escolar’ figura em diferentes momentos da resolução, cujo texto associa a ENE à docência e aos processos de gestão educativa, embora ponderemos que existem outras possibilidades interventivas para o pedagogo nos diferentes espaços educativos dessa natureza” (Souza, 2021, p. 698). Resta, neste caso, observar qual a concepção que os cursos de Pedagogia pesquisados pela autora trazem sobre a alocação de disciplinas que trataram das possibilidades de atuação na ENE.

Visando levantar espaços de trabalho além da escola indicados nos projetos, percebemos que as instituições, textualmente, enfatizam uma diversidade de áreas, em que pese a centralidade docente. Dessa forma, na categoria “campos de atuação”, em termos de recorrência, o primeiro lugar fica com as empresas, seguidas dos hospitais, dos órgãos públicos, das organizações não governamentais, dos grupos excluídos dos direitos sociais, dos programas educativos, da educação a distância, dos museus e da pesquisa científica; e, em menor quantidade, surgem espaços como: hotéis, editoras e organismos internacionais. (Souza, 2021, p. 700).

Com base na amostra feita por Souza (2021), podemos notar que alguns currículos de Pedagogia estão se atentando para outras possibilidades de atuação. Há diferentes nomenclaturas, porém, um dos projetos analisados pela autora assinalou o uso do termo Pedagogia social como uma disciplina na formação específica do Pedagogo(a) (Souza, 2021).

Por meio de uma pesquisa empírica desenvolvida por uma IES sul-mato-grossense, Carvalho e Silva (2020) fizeram um levantamento da quantidade de pedagogos(as) atuando em locais de ENE, via contato telefônico com as instituições públicas e empresas de três cidades: “Trata-se de três municípios situados em região de divisa, dois no Estado de Mato Grosso do Sul (Brasilândia e Três Lagoas) e um no Estado de São Paulo (Guaraçaí)” (Carvalho; Silva, 2020, p. 2). Os autores encontraram dez pedagogos(as), sendo: oito no SUAS e duas no SUS. Na pesquisa citada, houve uma preocupação em problematizar como a Pedagogia se constrói em relação aos diversos campos de atuação que os pedagogos(as) estão adentrando (Carvalho; Silva, 2020).

Demonstram, inclusive, mudanças posteriores à pesquisa de Silva e Santos (2013), identificando atualmente, no município pesquisado, a abertura de concursos públicos para efetivar pedagogos(as), bem como processos seletivos para contratos provisórios. Carvalho e Silva (2020, p. 22) também deram atenção para a análise da atuação da Pedagogia no SUAS e no SUS, no âmbito da saúde mental, com foco no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), nas especialidades de álcool e outras drogas e transtornos mentais.

Segundo os autores, a prática nessas instituições ocorre na interlocução com as necessidades do público atendido e nas relações interprofissionais com outras áreas, confirmando que: “[...] a Pedagogia produz conhecimento advindo da profissionalidade que esses espaços requerem. Necessita-se, com isso, de que a produção do conhecimento científico na área educacional acompanhe a execução do trabalho pedagógico realizado nesses novos locais de atuação” (Carvalho; Silva, 2020, p. 22).

Nota-se que as práticas pedagógicas realizadas dentro do CRAS partem das necessidades das pessoas e de suas famílias; isso implica criar ambientes inclusivos, que valorizem a diversidade e busquem eliminar as desigualdades existentes. Uma das principais funções do CRAS é a gestão da rede de proteção social básica do território, a articulação da rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas a fim de terem ações concentradas na redução da pobreza e da ausência de acesso aos serviços públicos locais (Brasil, 2004).

Ao desenvolver um estudo qualiquantitativo sobre a atuação de pedagogos(as) numa microrregião do Oeste Paulista, Miranda e Silva (2017) observaram cerca de 11 municípios de pequeno e médio porte com populações entre 2.500 e 60 mil habitantes. Em 2016, encontraram 13 CRAS nos 11 municípios pesquisados e 2 pedagogas atuando neles. Os municípios tinham população entre 2500 e 5 mil habitantes; uma Pedagoga era efetiva no cargo para o CRAS e a outra, cedida da área da educação. Os pesquisadores enfatizaram que a presença de pedagogos(as) nos CRAS lança preocupações para a formação desses(as) profissionais. A partir da análise das experiências de pedagogos(as) que atuam nos CRAS, afirmam: “vimos na Pedagogia Social uma forte parceira para causar desequilíbrios significativos nos diversos espaços onde se trabalha com a assistência social, sem desvirtuá-la das novas condições da roupagem atual que ela possui” (Miranda; Silva; 2017, p.78).

Levantamos um debate a respeito de um espaço completamente diferente daqueles para os quais os cursos de Pedagogia têm formado seus egressos(a); consideramos isso essencial para entender a identidade do pedagogo(a). É o que frisa Libâneo (2006, p. 850): “Todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Um professor é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser professor.” Tal percepção abre caminhos para novos campos de atuação pertinentes aos projetos formativos e, porque não dizer, para a consolidação de diretrizes que revisem a formação pedagógica básica.

Dada a instabilidade do que ‘seria a essência do proceder pedagógico’, consideramos uma discussão mais que necessária. Ela se fundamenta na luta por definição identitária de práticas pedagógicas que se produzem continuamente no escopo de



diferentes políticas públicas municipais e também nos espaços de educação não formal e informal (Miranda; Silva; 2017, p.75).

Nesse sentido, torna-se relevante um olhar contínuo e vigilante aos desdobramentos dos novos campos de atuação nos processos de formação inicial da Pedagogia.

### **A ATUAÇÃO NO CRAS DE UM MUNICÍPIO MINEIRO**

No município pesquisado, a coordenação do CRAS informou que as três pedagogas atuam como Orientadoras Sociais. No âmbito do CadSUASWeb, identificou-se a mesma informação. Essas profissionais são concursadas no cargo de professor de educação infantil ou ensino fundamental e foram cedidas para o CRAS para desenvolverem ações específicas da função de orientador social.

O cargo de orientador social busca prestar apoio e orientação sobre os direitos de pessoas que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social. A normativa para as orientações técnicas do CRAS (Brasil, 2009, p. 63) aponta para este cargo a formação em nível médio:

Perfil 2 “Agente Social e/ou Orientador Social”: Escolaridade de nível médio completo, com experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da PNAS; noções sobre direitos humanos e sociais; sensibilidade para as questões sociais; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de comunicação com as famílias.

Como se viu, as pedagogas que atuam como orientadoras sociais no CRAS pesquisado não ingressaram nessa função por concurso público ou processo seletivo; elas foram aproveitadas de outros cargos – notadamente, o de professora de ensino infantil ou fundamental. Isso pode ocorrer devido ao fato de que a maioria das situações que envolvem o ato infracional ou problemas com adolescência estarem relacionados às dificuldades de permanência na escola, sobretudo casos de evasão e abandono escolar. Assim, acredita-se que uma pedagoga tenha formação profissional para entender os aspectos educacionais dessas situações, estando, teoricamente, apta a orientar um adolescente em situação de desistência escolar.

Os requisitos acima apontados para a atuação como orientador social, como se vê, não são atendidos por qualquer indivíduo. Há a necessidade de vínculo com o território que o CRAS vai atender. Para o trabalho social, este vínculo com o lugar é essencial para que o profissional não se valha de julgamentos incoerentes com a crença na transformação social e pessoal das pessoas e de seus grupos de referência. Mais recentemente, outro documento normativo indicou apontamentos para o perfil de educadores sociais ou orientadores sociais que atuam diretamente nos CRAS em atividades dos SCFV voltados para diferentes públicos.

Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos;  
Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e

coletivas de vivência nas unidades e/ou, na comunidade; Acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Acompanhar com regularidade os encaminhamentos realizados no âmbito do Serviço [...]. (Brasil, 2022, p. 108-109).

Todas essas atribuições demonstram coerentemente que há a vinculação do(a) pedagogo(a) com as diferentes atividades e frentes de serviços que o CRAS oferece. Consequentemente, a identidade desse(a) profissional vai se moldando conforme tais práticas vão sendo colocadas em execução. Ao requisitar a formação em Pedagogia para desenvolver ações de orientador social dentro do CRAS, o município pesquisado avança no reconhecimento de que as ações que demandam a atuação deste(a) profissional precisam de formação específica na área da educação.

É o que propõem Miranda e Silva (2017) quando se atentam para as diferenças entre o trabalho do(a) pedagogo(a) e de outros(as) profissionais do CRAS, a fim de definir o que é especificidade do trabalho pedagógico e o que é de outra área. Os autores ressaltam que, na normatização, as posições são designadas como “técnicos de referência”, aos quais são atribuídas as mesmas ações. No entanto, há especificidades de área:

Acredita que as práticas se entrelaçam e, em alguns casos, as ações que estavam inerentes a um profissional também acabam sendo desenvolvidas por outro, uma vez que nos tornamos referência às famílias e seus/suas membros. Isso significa que esta referência pressupõe uma vinculação e uma sensação de confiança e respeito. Isso ocorre porque cada profissional de nível superior (Pedagogo/a, Assistente social, Psicólogo/a e/ou outros) é referência do plano de acompanhamento familiar de cada família, sendo que as tratativas realizadas por eles/as, em alguns casos, também passam pela concessão de serviços e benefícios, que, historicamente, veio se consolidando apenas como prática do/a Assistente social. (Miranda; Silva, 2017, p. 84-85).

Pode-se dizer que a atuação pedagógica nesta área ainda passa por um processo de consolidação e expansão, pois se percebe que não são em todos os CRAS que contam com pedagogos(as), possivelmente pelo fato de ainda não ser reconhecida a relevância de tal profissional nessa área. Além disso, pensar o trabalho pedagógico nela requer conhecer o público. A PNAS caracteriza o perfil do público atendido pelo SUAS da seguinte forma:

[...] indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Brasil, 2004, p. 33).

O trabalho a ser desenvolvido pela Pedagogia no CRAS não é algo que o processo de formação inicial pode ter alcançado, vista a complexidade da situação de indivíduos e famílias que vivem em vulnerabilidade; trata-se de um novo contexto para o pedagogo(a). Entender a dinâmica da questão social e dos processos psicossociais que levam à vivência dos riscos e das vulnerabilidades sociais requer conhecimentos das ciências humanas e sociais. É o que caracterizam Monteiro e Costa (2019, p. 10-11); as autoras dão atenção às práticas de trabalho em sua pesquisa, na qual aplicaram um questionário a uma pedagoga que atua no CRAS de Beberibe, no Ceará:

1) Questão 8 - (Como pedagoga, você vê seu trabalho sendo determinante para o bom funcionamento do CRAS? Resposta da pedagoga -Sim. Nossa atuação é mais voltada para os serviços de convivência, os quais necessitam de diretrizes teóricas-metodológico; [...] questão 9 - (Quais os fatores positivos e negativos observados dentro desta área de educação não formal?) "POSITIVO: possibilidade de facilitar o pensar metodológico das ações do CRAS. NEGATIVO: a falta de entendimento e direcionamento ainda pertinente na nossa atuação e papel (definição). (Monteiro; Costa, 2019, p. 10-11).

Destacamos, ainda, a imprecisão sobre o que é atribuição da Pedagogia dentro do CRAS. É normal que pedagogos(as) se questionem sobre as suas atribuições, uma vez que atuar num CRAS é muito diferente do trabalho pedagógico escolar. O CRAS oferece uma série de serviços novos antes não vistos até mesmo para profissionais que ocupam o SUAS há muito tempo. Em especial, há uma visão preconceituosa que encontra esse tipo de trabalho como caridade, que dispensaria, portanto, profissionalização. Essa visão não se enquadra na perspectiva contemporânea que encara a assistência social como um direito de seguridade social não contributivo.

Miranda e Silva (2017) confirmam isso, ao registrar enfaticamente que o SUAS é uma área que possui uma nova roupagem para o trato com as situações de riscos e vulnerabilidades sociais. A interpretação de que essa área se volta para judicialização da pobreza e policialização da questão social é ultrapassada diante do avanço que os direitos humanos conseguiram promover. As normativas, as quais definem uma multiplicidade de profissões que podem atuar no SUAS, entendem que a questão social possui inúmeros enfoques.

Em relação às ações pedagógicas realizadas no CRAS pesquisado, a coordenadora entrevista cita: "ações pedagógicas voltadas à inclusão social,

fortalecimento de vínculos, desenvolvimento socioemocional, capacitação profissional, prevenção de vulnerabilidades e incentivo à participação cidadã”. Há um foco na atuação das pedagogas com as ações de orientação social, a fim de possibilitar o acesso à diversidade de serviços oferecidos nos CRAS.

A coordenação cita que essas profissionais desenvolvem:

Projetos que levam em consideração a abordagem de temas alusivos a cada mês do ano; a organização de atividades mediadoras entre adolescentes e os profissionais de referência por meio de aulas de capoeira e de dança; palestras e reuniões de orientações entre adolescentes em situações de vulnerabilidade social, dentre eles, as pessoas adultas que são a referência de responsabilidade familiar, que acabam por interferir no desenvolvimento pessoal dos(as) adolescentes. (Entrevista com coordenadora do CRAS, 2023).

Nota-se que, em virtude de sua localização em áreas de maior vulnerabilidade, o CRAS possibilita à equipe conhecer as demandas socioeducativas do público que atende; assim, pode criar projetos e planos de ação que sejam adequados às necessidades locais. Além disso, as ações sempre são realizadas de forma compartilhada e corresponsável com equipamentos locais das áreas de saúde da família e saúde mental, centros de formação para o trabalho, Tribunal de Justiça, Delegacia da Mulher, escolas etc.

Dessa forma, as atividades com a finalidade direta ou indireta desenvolvidas no CRAS não decorrem de relações de aprendizado meramente espontâneas, sendo práticas planejadas, com objetivos previamente traçados. Elas visam ao atendimento das necessidades socioculturais locais, e devem ser caracterizadas como práticas de ENE, tal qual nos apresenta Gohn (2010).

Embora a presença de pedagogas no CRAS não configure automaticamente uma prática de educação não escolar, a etnografia das ações desenvolvidas por elas evidencia que muitos de seus gestos profissionais se aproximam da lógica formativa típica da ENE. No cotidiano da unidade pesquisada, observa-se que as pedagogas, ao atuarem como orientadoras sociais, produzem práticas educativas situadas, permeadas pelo território e pelas experiências de vida dos usuários.

O registro das atividades mostra que essas profissionais acompanham famílias em atendimentos individuais, conduzem rodas de conversa com adolescentes em situação de vulnerabilidade, organizam oficinas temáticas que articulam conhecimentos socioculturais locais e mediam conflitos familiares que atravessam trajetórias escolares interrompidas. Em muitos casos, as pedagogas assumem a função de tradutoras simbólicas entre o CRAS e os grupos atendidos: explicam direitos, constroem pactos de convivência, orientam escolhas possíveis e amparam processos de reinserção escolar, sempre considerando as histórias pessoais e a cultura do território.

Essas ações operam como práticas educativas que se sustentam na escuta qualificada, na mediação, no fortalecimento da autonomia e na produção de novos sentidos sobre si e sobre a coletividade. Assim, o trabalho pedagógico no CRAS não é

“escolarizado”, mas se materializa como uma educação não escolar, situada, relacional e comunitária, uma educação que se faz na vida, com a vida e para a vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa debruçou-se sobre uma realidade, o que demanda entender que as considerações partem dela para propor olhares que se agregam aos já existentes no entorno da discussão. As atribuições como orientadora social trazem novas práticas para a Pedagogia, demandando que sejam revisados os processos formativos. A realidade empírica pesquisada pode ser correlata a outros locais que contratam pedagogos(as), mas não criam perfis para as atribuições. Apesar de existirem normativas que caracterizam isso no âmbito das diferentes ações realizadas pelos(as) profissionais do CRAS, ainda assim é pertinente realizar interlocução com a ENE dentro do currículo de formação de pedagogos(as).

A abordagem decolonial adotada permitiu compreender o trabalho das pedagogas no CRAS a partir das vivências do território, e não apenas das normativas institucionais. Essa perspectiva orientou a produção e interpretação dos dados ao deslocar o olhar de modelos pedagógicos universalizantes para reconhecer saberes situados, estratégias de cuidado e mediações socioculturais presentes no cotidiano. Metodologicamente, privilegiou-se uma etnografia “de dentro”, valorizando a escuta das profissionais e suas negociações de sentido, revelando práticas e racionalidades próprias como formas legítimas de produção de conhecimento sociopedagógico.

Como resultado, a abordagem decolonial permitiu identificar que as pedagogas exercem práticas educativas complexas, que articulam elementos da convivência comunitária, da cultura local, da defesa de direitos e do cuidado ampliado, dimensões muitas vezes invisibilizadas pelos referenciais tradicionais. Essa perspectiva possibilitou compreender que a atuação pedagógica no CRAS não pode ser reduzida à transposição de saberes escolares, mas constitui uma prática educativa expandida, situada e profundamente vinculada às lutas por reconhecimento, dignidade e pertencimento dos sujeitos atendidos.

Resta questionar se os currículos de formação inicial em Pedagogia acompanham a variedade de campos de atuação que tem surgido recentemente. É uma questão que coloca em contínua discussão e vigilância dos processos formativos coerentes com os espaços sócio-ocupacionais, ampliando um debate que reverbere inclusive no âmbito dos grupos de trabalho que atuam com a temática da ENE no campo da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e de diferentes espaços que discutam sobre a formação inicial.

Artigo recebido em: 12/06/2025

Aprovado para publicação em: 24/11/2025

---

PEDAGOGY IN A NON-SCHOOL CONTEXT: TRAINING AND DUTIES OF PEDAGOGUES AS SOCIAL AGENTS AT A SOCIAL ASSISTENCE CENTER

**ABSTRACT:** This is an exploratory, descriptive and empirical study into the training processes and duties of pedagogues as social counselors in a Social Assistance Reference Center (CRAS, in the Portuguese acronym) in the Brazilian state of Minas Gerais. The research approach used was qualitative with a decolonial basis; data was collected through bibliographic and documentary research and a semi-structured interview with the coordinator of a CRAS in a municipality in Minas Gerais; the goal is to understand the duties of pedagogues in such a position. Among the results found was the relevance of pedagogy in non-school educational contexts, with differentiated training processes focused on the demands of specific CRAS public.

**KEYWORDS:** Pedagogy; Training; Non-scholar Education; CRAS.

---

**PEDAGOGÍA EN UN CONTEXTO NO ESCOLAR: FORMACIÓN Y FUNCIONES DE LAS PEDAGOGAS COMO AGENTES SOCIALES EN UN CENTRO DE ASISTENCIA SOCIAL**

**RESUMEN:** Se trata de un estudio exploratorio, descriptivo y empírico sobre los procesos de formación y las funciones de los pedagogos como asesores sociales en un Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) del estado brasileño de Minas Gerais. El enfoque de investigación utilizado fue cualitativo con base decolonial; los datos fueron recolectados a través de investigación bibliográfica y documental y de una entrevista semiestructurada con la coordinadora de un CRAS de un municipio de Minas Gerais para comprender las funciones de los pedagogos. Entre los resultados encontrados está la relevancia de la pedagogía en contextos de educación no escolarizada (ENE), con procesos de formación diferenciados y enfocados en las demandas de públicos específicos de los CRAS.

**PALABRAS CLAVE:** Pedagogía; Formación; Educación No Escolar; CRAS.

---

**NOTAS**

1- As orientações éticas foram: 1) apresentar a pesquisa; 2) assinatura de Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento da Pesquisa (TCLE); 3) Não avançar caso as colaboradoras não quisessem.  
2- Aprovado Parecer CAEE 70993823.9.0000.8030, do Comitê de ética em pesquisas com seres humanos.

---

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: MDS, 2009

SOUZA, E. T. F.; SILVA, F. G. O. da; CÁCERES, V. R.

BRASIL. **Perguntas frequentes:** serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

CADSUASWEB. **Sistema de cadastro das instituições do SUAS.** Brasília: MDS, 2023.

CARVALHO, S. C. de; SILVA, F. G. O. da. Apontamentos sobre os espaços sócio-ocupacionais da Pedagogia não escolar. **Horizontes**, Itatiba, v. 38, n. 1. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v38i1.889>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. da G. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, n. 18, v. 39. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v18i39.3615>. Acesso em: 15 set. 2023.

LIBANÊO, J. C. Diretrizes curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300011>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LIBÂNÊO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNÊO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, 133-146. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>. Acesso em: 15 set. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J. *et al*. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2020. p. 27-54.

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201701151678>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MIRANDA, B. dos A.; SILVA, F. G. O. da. Pedagogia Social nos CRAS: Novos Entrecruzamentos Identitários para os/as Pedagogos/as. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.

17, n. 1. 2017. 74–89. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.17i1.0006>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MONTEIRO, A. L.; COSTA, A. R. L. O Pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Acta Sapientia**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <http://actasapientia.com.br/index.php/acsa/article/view/20>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, F. G. O. da; SANTOS, V. L. F. dos. Pedagogia social: da adjetivação à construção de um campo de atuação de pedagogos. In: CIRÍACO, K. T.; BEZERRA, G. **Educação básica, formação de professores e inclusão**: práticas e processos educacionais em diferentes cenários. Curitiba: CRV, 2013. p. 177-190.

SILVA, R. As Bases científicas da Educação não formal. In: SOUZA NETO, J. C. *et al.* **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009. p. 179-194.

SOUZA, M. A. S. O lugar da educação não escolar nos currículos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 262, 680-706. 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i262.4573>. Acesso em: 15 jul. 2023.  
TRILLA, J. A educação não-formal. In: GHANEM, E. *et al.* **Educação formal e Não-Formal**. São Paulo: Ed. Summus, 2008. p. 15-58.

---

ELIZA TOMAZIA FREITAS SOUZA: Servidora Pública na Câmara Municipal de Iturama/MG, Mestre em Educação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Graduação em pedagogia pela Faculdade Aldete Maria Alves de Iturama/MG (FAMA) e Administração Pública pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Pós-Graduação em Psicopedagogia (FAMA).  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8218-5437>  
E-mail: elizatsb@hotmail.com

---

FERNANDO GUIMARÃES OLIVEIRA DA SILVA: Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (PGEDU), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Unidade de Paranaíba). Doutorado em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5428-2870>  
E-mail: fernando.oliveira@uems.br

---

VINÍCIUS RODRIGUES CÁCERES: Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Especialista em Prática Processual Previdenciária pelo Instituto Universitário Candido Mendes (UCAM/RJ) e Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Anhanguera – Uniderp. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7247-761X>



SOUZA, E. T. F., SILVA, F. G. O. da, CÁCERES, V. R.

E-mail: [viniciusrcaceres@gmail.com](mailto:viniciusrcaceres@gmail.com).

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto  
(*Open Archives Initiative - OAI*).